INFORME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

FEVEREIRO/2015

Volume 27 • Número 02

Artigo

A Mulher e a Previdência Social

Nota técnica

Resultado do RGPS
de janeiro/2015

Expediente

Ministro da Previdência Social
Carlos Eduardo Gabas

Secretário Executivo
Marcelo de Siqueira Freitas

Secretário de Políticas de Previdência Social
Benedito Adalberto Brunca

Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social
Rogério Nagamine Costanzi

Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público
Narlon Gutierre Nogueira

Diretor do Departamento dos Regimes de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional
Marco Antônio Gomes Peréz

Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários
Emanuel de Araújo Dantas

Corpo Técnico
Andrea Velasco Rufato
Avelina Alves Lima Neta
Carolina Fernandes dos Santos
Carolina Verissimo Barbieri
Edvaldo Duarte Barbosa

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social - MPS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários.
Diagramação: Assessoria de Comunicação Social/MPS.
Também disponível na internet no endereço: www.previdencia.gov.br
É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

ISSN da versão impressa 2318-5759

Correspondência

Ministério da Previdência Social • Secretaria de Políticas de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios bloco "F" - 7º andar, sala 750 • 70059-900 - Brasília-DF
Tel. (0XX61) 2021-5011. Fax (0XX61) 2021-5408
E-mail: cgep@previdencia.gov.br

Artigo

A MULHER E A PREVIDÊNCIA SOCIAL

Introdução

A Previdência Social no Brasil tem como missão garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com objetivo de promover o bem-estar social.

Complementando um Sistema de Seguridade Social formado por Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Saúde e Ministério da Previdência Social, mais a política de Seguro-Desemprego do Ministério do Trabalho e Emprego, a Previdência Social protege, aproximadamente, 64 milhões de pessoas ocupadas com idade entre 16 e 59 anos, 72,5% do total de ocupados na mesma faixa etária. Além disso, protege ainda 21,5 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade, o que representa 81,9% do total de pessoas nessa faixa etária[1].

Grande parte desse contingente é de mulheres, que diante do processo de envelhecimento da população em ritmo acelerado, e do aumento da expectativa de vida das mulheres acima da dos homens, tendem a ter sua representação aumentada. A seguir, serão detalhados os números pertinentes à Previdência Social para o conjunto das mulheres residentes no Brasil.

A Mulher na População Brasileira

A população brasileira atual é de 190,7 milhões de pessoas, sendo 93,4 milhões de homens (49%) e 97,3 milhões de mulheres (51%)[2]. A evolução da estrutura populacional dos idosos entre os anos 2000 e 2020, segundo informações de Censos Demográficos e de projeção da população, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que não só as mulheres são maioria na população, como tem havido uma feminização da velhice. Esse fenômeno é caracterizado pela tendência de aumento da proporção de mulheres entre os idosos, observada claramente na Tabela 1.

Tabela 1

Estrutura da População de 60 anos ou mais no Brasil – 2000 a 2020

	2000		2010		2020	
	MASCULINA	FEMININA	MASCULINA	FEMININA	MASCULINA	FEMININA
Proporção da população idosa	7,8	9,3	9,8	11,7	11,1	14,0
60-64	46,8	53,2	46,7	53,3	45,6	54,4
65-69	45,8	54,2	45,9	54,1	44,5	55,5
70-74	44,8	55,2	44,6	55,4	42,8	57,2
75-79	43,9	56,1	42,5	57,5	39,9	60,1
80 ou mais	39,9	60,1	38,6	61,4	33,8	66,2
Total de idosos	6.533.784	8.002.245	9.156.245	11.434.487	11.328.144	15.005.250

Fontes: Censo 2000, 2010 e Projeções – IBGE. Elaboração: SPPS/MPS.

Nota-se que, com o passar das décadas, o percentual de mulheres por cada faixa etária aumenta, e isso é mais patente quanto maior a idade. Os dados que comprovam o envelhecimento populacional estão na terceira linha da Tabela 1, onde observa-se que o percentual de idosos aumenta no contingente total da população: de 7,8% e 9,3%, em 2000, para homens e mulheres, respectivamente, para 11,1% e 14,0%, em 2020.

1 - Segundo informações declaradas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2013 – IBGE.
2 - Segundo informações do Censo Demográfico 2010 – IBGE.

A Tabela 2 ilustra a expectativa de vida ao nascer de homens e mulheres, desde 1970 até 2050, segundo as Tábuas Completas de Mortalidade 2012 do IBGE.

Tabela 2

Expectativa de Vida ao Nascer, segundo sexo – 1970 a 2050

	EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER		
ANOS CENSITÁRIOS	TOTAL	HOMENS	MULHERES
1970	57,6	54,7	60,8
1980	62,7	59,6	66,0
1991	67,0	63,2	70,9
1996	68,9	65,2	72,7
2000	70,4	66,7	74,3
2007	72,5	68,8	76,4
2010	73,4	69,7	77,3
2020	72,5	72,5	79,8
2030	74,8	74,8	81,2
2040	76,7	76,7	83,4
2050	78,2	78,2	84,5

Fonte: Tábuas Completas de Mortalidade 2012 - IBGE. Elaboração: SPPS/MPS.

A expectativa de vida ao nascer das mulheres é superior à dos homens em todos os anos da Tabela 2, mas há estudos dizendo que a expectativa de vida saudável das mulheres é igual à dos homens, ou seja, elas vivem mais, mas com sua saúde comprometida.

Tabela 3

Brasil: Estado Civil dos Homens e Mulheres entre 60 e 69 anos de idade (%)

ESTADO CIVIL	CENSO 2010	
	HOMENS	MULHERES
Casado(a)	69,5	48,9
Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente	3,3	3,1
Divorciado(a)	5,5	5,7
Viúvo(a)	6,8	26,1
Solteiro(a)	14,9	16,2
Total	5.257.992	6.098.083

Fonte: Tabulação Avançada do Censo Demográfico 2010– IBGE. Elaboração: SPPS/MPS.

Como consequência da maior sobrevivência das mulheres ao tempo, mais de ¼ das mulheres entre 60 e 69 anos são viúvas, como mostra a Tabela 3, e essa fração aumenta, conforme aumenta a idade das mulheres. Parte significativa dessas mulheres terá direito à pensão por morte de seus cônjuges, além de sua própria aposentadoria. Entretanto, trata-se de um grupo vulnerável, que inspira políticas públicas complementares para garantia de um envelhecimento ativo e saudável.

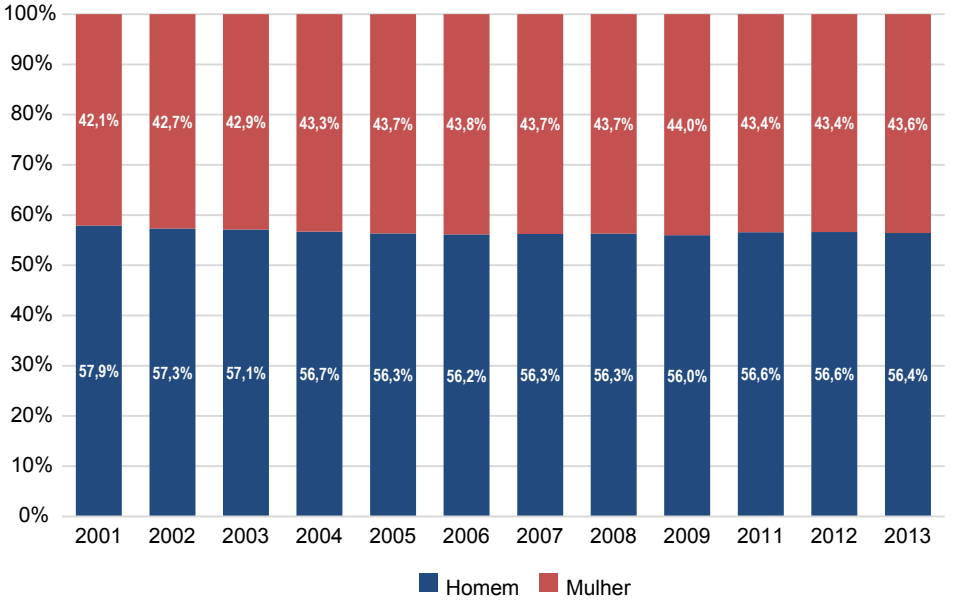
A Mulher no Mercado de Trabalho

Entre 2001 e 2009, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE, houve um pequeno incremento na proporção de mulheres na população economicamente ativa – PEA, movimento obviamente combinado a uma redução na proporção de homens. De 2009 para 2012, há uma ligeira queda da participação das mulheres na PEA, tendência que se reverte em 2013. De toda forma, observa-se que a participação feminina tem-se mantido no mesmo patamar durante toda a década, variando entre 42,1% e 43,6% (Gráfico 1).

Gráfico 1

Evolução da Participação (%) na População Economicamente Ativa, por Sexo - 2001 a 2013

Fonte: PNAD/IBGE – Vários anos. Elaboração: SPPS/MPS. Pessoas com 15 anos ou mais de idade. Excluída área rural da Região Norte, exceto Tocantins..



O Gráfico 2 complementa a informação acima, mostrando que a participação das mulheres dentre os ocupados é ligeiramente menor do que sua participação na PEA, e bastante inferior à participação dos homens dentre os ocupados, ou seja, dentre os desempregados, as mulheres têm maior participação do que os homens. Isso reflete não somente em sua vida laboral, mas também no seu período contributivo para a Previdência Social e, por consequência, nas condições de requerimento dos benefícios previdenciários, desde o salário-maternidade até sua aposentadoria.

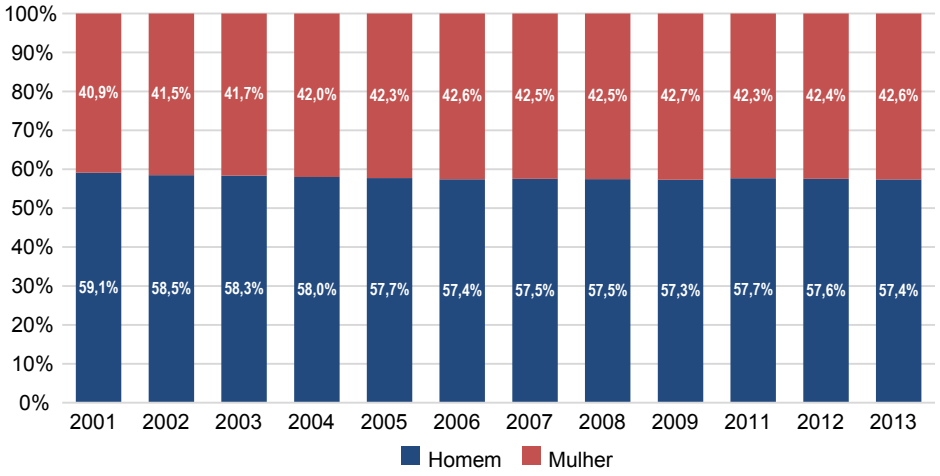


Gráfico 2

Evolução da Participação (%) na População Ocupada Total, por Sexo – 2001 a 2013

*Fonte: PNADs 2001 a 2013 – IBGE. Elaboração: SPPS/MPS. * Pessoas com 15 anos ou mais de idade.*

De acordo com o Gráfico 3, que mostra a proporção de homens e mulheres em cada posição na ocupação, segundo classificação da PNAD/IBGE, as mulheres se destacam em ocupações de baixa ou nenhuma remuneração, sendo esmagadora maioria dentre os trabalhadores domésticos com ou sem carteira de trabalho assinada. Mesmo dentre os funcionários públicos estatutários, estima-se que as mulheres estejam concentradas nas ocupações de pior remuneração.

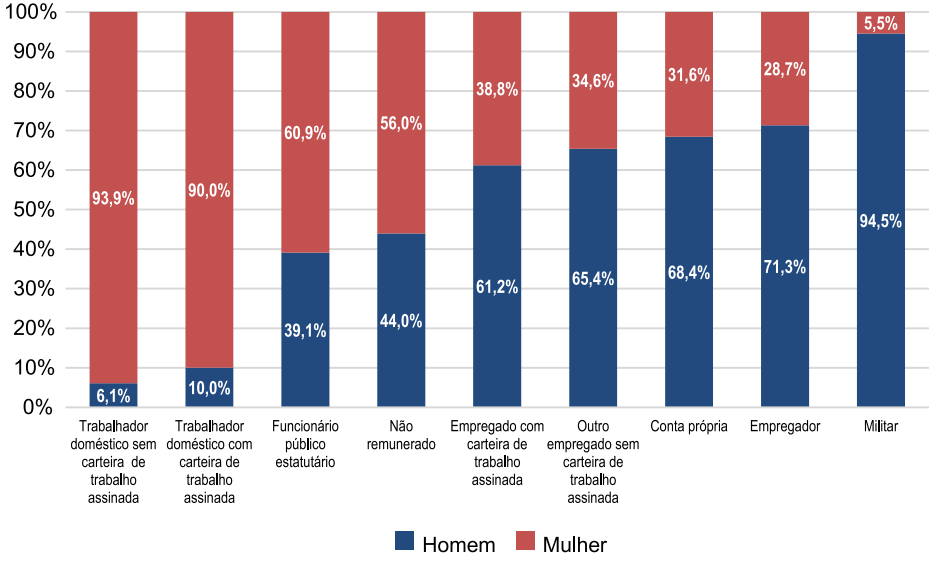


Gráfico 3

Proporção de homens e mulheres segundo posição na ocupação - 2013

*Fonte: PNAD 2013 – IBGE. Elaboração: SPPS/MPS. * Pessoas com 16 anos ou mais de idade. OBS: dentre os não remunerados foram incluídos os trabalhadores na produção para o próprio consumo, os trabalhadores na produção para o próprio uso e os não remunerados.*

Quando se analisa a distribuição das mulheres segundo a posição na ocupação que possuem, nota-se que 36,3% (um terço) delas é empregada com carteira de trabalho assinada, ocupação de maior peso para as mulheres, seguida das ocupações conta própria (15,3%), empregadas sem carteira de trabalho assinada (12,0%) e funcionária pública estatutária (10,1%) – Tabela 4.

Tabela 4

Estrutura da ocupação feminina por posição na ocupação – quantidade e % do Total – 2013

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	QUANTIDADE	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)
Empregado com carteira de trabalho assinada	14.925.557	36,3%
Militar	18.952	0,0%
Funcionário público estatutário	4.135.109	10,1%
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	4.931.988	12,0%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	1.909.544	4,6%
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	4.087.547	9,9%
Conta própria	6.290.294	15,3%
Empregador	1.038.682	2,5%
Não remunerado	3.773.814	9,2%
Total	41.111.487	100,0%

*Fonte: PNAD 2013 – IBGE. Elaboração: SPPS/MPS. * Pessoas com 16 anos ou mais de idade. OBS: dentre os não remunerados foram incluídos os trabalhadores na produção para o próprio consumo, os trabalhadores na produção para o próprio uso e os não remunerados.*

A Mulher e a Evolução da Proteção Social

Proteção social dos ocupados de 16 a 59 anos de idade

A Figura 1 mostra um retrato da distribuição dos ocupados no Brasil, segundo a classificação de proteção social do Ministério da Previdência Social. Tal classificação separa os ocupados de 16 a 59 anos de idade em socialmente protegidos e desprotegidos, esses últimos com e sem capacidade contributiva – os que declaram remuneração abaixo de um salário mínimo são considerados sem capacidade contributiva, e os que declaram remuneração igual ou acima desse valor, são considerados com capacidade contributiva.

Dentre os socialmente protegidos estão os ocupados contribuintes, os segurados especiais e os já detentores de benefício previdenciário – nesse caso, levam-se em conta todas as pensões e aposentadorias previdenciárias e apenas os benefícios assistenciais permanentes, como os Benefícios de Prestação Continuada previstos na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Em 2013, dos 88,2 milhões de ocupados no Brasil, 64,0 milhões estavam protegidos socialmente, representando 72,5% do contingente total de ocupados, enquanto mais de 24,0 milhões de ocupados não contavam com proteção social nem por contribuição, nem por já ser beneficiário – uma proporção de 27,5% do total de ocupados.

A Tabela 5 detalha essas informações por sexo, e mostra que, dentre as mulheres ocupadas, a proteção social é de 72,3% – 27,6 milhões de pessoas, enquanto para os homens esse percentual é de 72,7% – 36,3 milhões de pessoas. A proximidade da proteção social entre homens e mulheres ocupadas é motivo de comemoração. Ao longo das décadas, já houve diferenças muito significativas a esse respeito, como é possível ver no Gráfico 4.

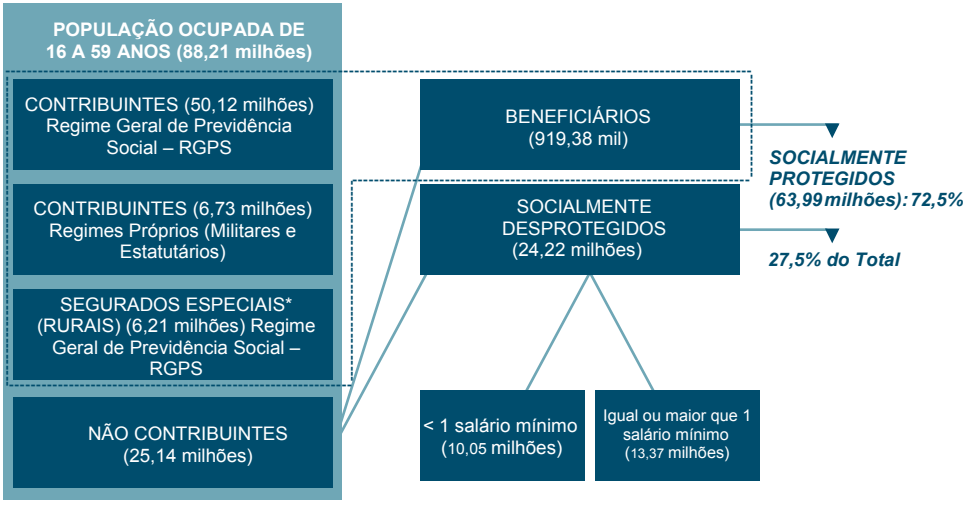


Figura 1

BRASIL: Panorama da Proteção Social da População Ocupada (entre 16 e 59 anos) – 2013 – incluindo-se a área rural da Região Norte

*Fonte: Microdados PNAD 2013. Elaboração: SPPS/MPS. * Na PNAD essas pessoas se autodeclaram não contribuintes. ** Inclui 794.952 desprotegidos com rendimento ignorado.*

Tabela 5

Proteção Social dos Ocupados entre 16 e 59 anos, segundo sexo – 2013*

*Fonte: PNAD/IBGE – 2013 – Elaboração: SPPS/MPS. *Independentemente de critério de renda. ** Moradores da zona rural dedicados a atividades agrícolas, nas seguintes posições na ocupação: sem carteira, conta própria, produção para próprio consumo, construção para próprio uso e não remunerados, respeitada a idade entre 16 e 59 anos. *** Trabalhadores ocupados (excluídos os segurados especiais) que não contribuem e recebem benefício previdenciário.*

CATEGORIAS	HOMENS	%	MULHERES	%	TOTAL	%
Contribuintes RGPS (A)	29.187.240	58,4	20.935.954	54,8	50.123.194	56,8
Contribuintes RPPS (B)	2.770.781	5,5	3.960.001	10,4	6.730.782	7,6
Militares	325.508	0,7	18.305	0,0	343.813	0,4
Estatutários	2.445.273	4,9	3.941.696	10,3	6.386.969	7,2
Segurados Especiais** (RGPS) (C)	4.042.157	8,1	2.171.496	5,7	6.213.653	7,0
Não contribuintes (D)	13.997.616	28,0	11.140.723	29,2	25.138.339	28,5
Total (E = A+B+C+D)	49.997.794	100,0	38.208.174	100,0	88.205.968	100,0
Beneficiários não contribuintes*** (F)	351.965	0,7	567.417	1,5	919.382	1,0
Trabalhadores Socialmente Protegidos (A+B+C+F)	36.352.143	72,7	27.634.868	72,3	63.987.011	72,5
Trabalhadores Socialmente Desprotegidos (D-F)	13.645.651	27,3	10.573.306	27,7	24.218.957	27,5
Desprotegidos com rendimento igual ou superior a 1 salário mínimo	9.000.742	18,0	4.373.076	11,4	13.373.818	15,2
Desprotegidos com rendimento inferior a 1 salário mínimo	4.121.110	8,2	5.929.077	15,5	10.050.187	11,4
Desprotegidos com rendimento ignorado	523.799	1,0	271.153	0,7	794.952	0,9

O Gráfico 4 mostra a evolução do comportamento da proteção social para homens, mulheres e total de ocupados, entre 1992 e 2013, segundo dados da PNAD/IBGE. Reflexo do comportamento do mercado de trabalho, a proteção social para todos sofreu uma queda de 1992 a 2002, saindo de 66,4% no início do período, e chegando a 61,7%, em seu ponto mais baixo. A partir de 2003, no entanto, as condições no mercado de trabalho voltam a melhorar para ambos os sexos, e a distância entre a proteção social de homens e mulheres diminui, até a obtenção do índice de 2013. Isso se deve tanto ao aumento do emprego com carteira assinada para homens e mulheres e também aos esforços do Ministério da Previdência em aumentar a inclusão social da população feminina nos últimos anos, fato comprovado pelas medidas tomadas na legislação previdenciária e na inclusão de meta específica no Plano Plurianual/PPA 2012-2015.

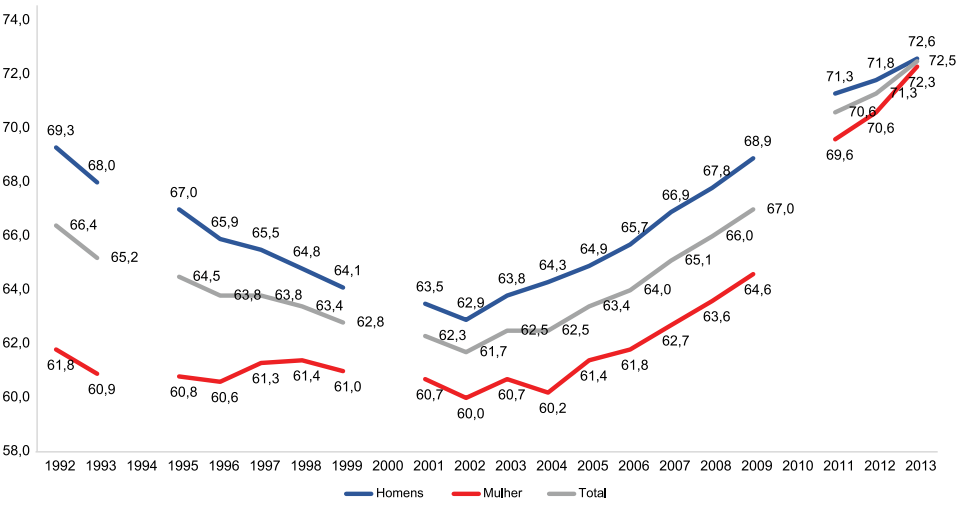


Gráfico 4

Evolução da Proteção Previdenciária da População Ocupada (16 a 59 anos) – 1992 a 2013 (exclusive área rural da Região Norte, exceto a de Tocantins) (%)

Fonte: PNAD/IBGE – Vários anos.
Elaboração: SPPS/MPS.

Dentre as medidas recentes para aumentar a inclusão social das mulheres, está a Lei nº 12.470, de agosto de 2011, que altera, dentre outros, o Artigo 21 da Lei nº 8.212 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social. Essa alteração estabelece alíquota diferenciada de contribuição para o segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente à família de baixa renda.

De acordo com essa regra, o segurado abre mão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor de poder passar a contribuir com apenas 5% do limite mínimo mensal do salário de contribuição, no caso o salário mínimo nacional. Para ser considerada família de baixa renda, é preciso que a família esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, e a renda mensal familiar não pode ultrapassar o limite de dois salários mínimos nacionais.

Essa medida destina-se tanto a homens como mulheres, uma vez que ambos podem executar as tarefas domésticas nos termos da lei. Entretanto, historicamente a posição de "dona-de-casa" tem sido ocupada majoritariamente por mulheres, o que leva a que essa medida seja considerada destinada a elas.

Proteção Social dos Idosos (pessoas com 60 anos ou mais de idade)

Além do cuidado com as seguradas de 16 a 59 anos de idade, há também a preocupação com as mulheres acima de 60 anos de idade. A Tabela 6 mostra a situação da proteção social para homens e mulheres nessa faixa etária. Os protegidos estão separados em aposentados, pensionistas, aposentados e pensionistas, e contribuintes não beneficiários,

entendendo-se como beneficiários aqueles que recebem aposentadoria e/ou pensão de origem previdenciária, mais os que recebem benefícios assistenciais permanentes, como os Benefícios de Prestação Continuada previstos na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Para o total de idosos, tem-se um índice de proteção social de 81,9% – representando 21,5 milhões de pessoas. Diferentemente da proteção social para os ocupados de 16 a 59 anos de idade, aqui o índice para homens e mulheres ainda difere substancialmente. Enquanto a proteção dos homens idosos está estimada em 86,1% – 10,0 milhões de pessoas, a das mulheres ainda está em 78,5%, representando uma quantidade ainda maior de pessoas, 11,5 milhões.

Essa diferença, ainda grande, se justifica pelas características da inserção da mulher no mercado de trabalho até poucas décadas atrás. A participação feminina era menor, o próprio trabalho era inconstante – mais períodos de desemprego, a taxa de fecundidade maior fazia com que as mulheres se afastassem do trabalho por períodos mais longos ou, até mesmo, desistissem de trabalhar de forma remunerada.

Essas condições levaram a que muitas mulheres dependessem das pensões por morte deixadas por seus cônjuges, ao invés de contarem com a própria aposentadoria. O cenário do mercado de trabalho hoje é bastante diferente do que há 30 anos, e isso certamente se refletirá na proteção social das idosas do final dessa década.

Tabela 6

Proteção Social entre os Idosos – 2013 (inclusive área rural da Região Norte)

CATEGORIAS	HOMENS	%	MULHERES	%	TOTAL	%
Aposentados	8.496.010	72,7	6.996.866	47,9	15.492.876	59,0
Pensionistas	164.669	1,4	2.293.467	15,7	2.458.136	9,4
Aposentados e Pensionistas	305.387	2,6	1.732.153	11,9	2.037.540	7,8
Contribuintes não beneficiários	1.090.860	9,3	437.346	3,0	1.528.206	5,8
Protegidos (a)	10.056.926	86,1	11.459.832	78,5	21.516.758	81,9
Desprotegidos (b)	1.629.994	13,9	3.132.382	21,5	4.762.376	18,1
Total de Residentes (a+b)	11.686.920	100,0	14.592.214	100,0	26.279.134	100,0

*Fonte: PNAD/IBGE – 2013. Elaboração: SPPS/MPS. * Idosos de 60 anos ou mais de idade, independentemente de critério de renda, que recebem aposentadoria e/ou pensão ou que continuam contribuindo para algum regime previdenciário.*

O Gráfico 5 mostra a evolução do índice de proteção social dos idosos de 60 anos ou mais de idade, residentes no Brasil. Ou seja, o comportamento da proporção daqueles que recebem aposentadoria e/ou pensão ou que continuam contribuindo para algum regime, dentre os anos de 1992 a 2013, independentemente de critério de renda, separados por homens, mulheres e total.

Percebe-se que, exceto no início do período, há relativa estabilidade no comportamento

dos índices para homens e mulheres, e a distância entre a proteção dos dois diminui, mas ainda permanece alta. Constituindo-se esse um dos desafios a serem enfrentados nos próximos anos pela Previdência Social.

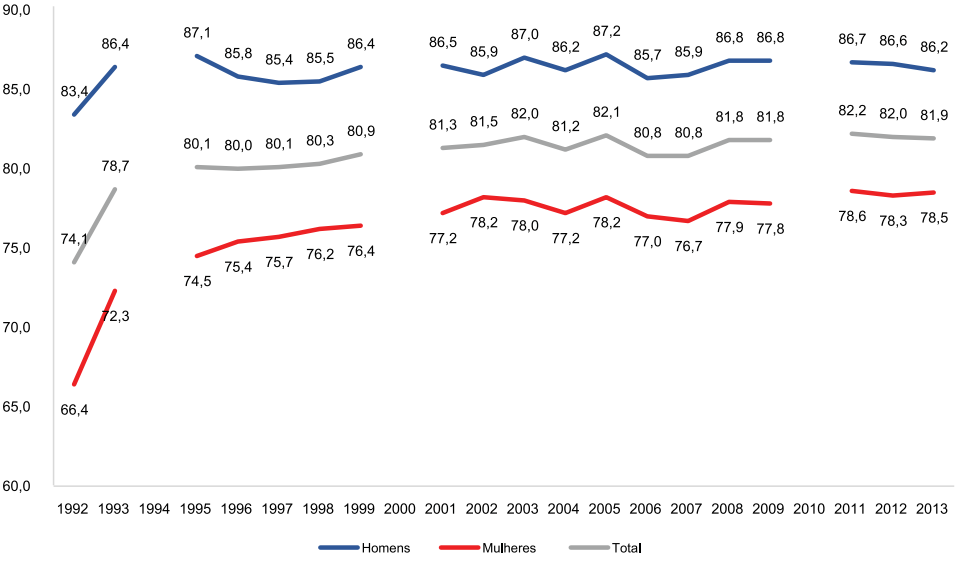


Gráfico 5

Evolução da Cobertura Social entre os Idosos – 1992 a 2013 (exclusive área rural da Região Norte, exceto a de Tocantins)

Fonte: PNAD/IBGE – Vários anos.
Elaboração: SPPS/MPS.

As Mulheres no RGPS segundo Registros Administrativos

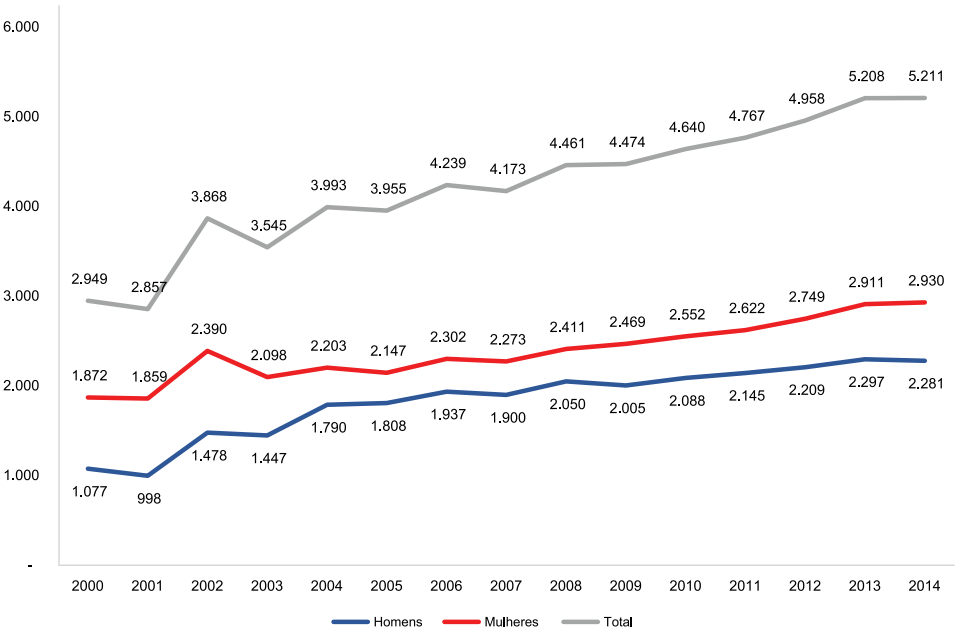
Além da utilização de pesquisas domiciliares, é possível visualizar a relação das mulheres com a Previdência Social analisando-se também os registros administrativos. O Gráfico seis mostra a evolução da quantidade de benefícios concedidos para homens e mulheres, separadamente, de 2000 a 2014.

São concedidos mais benefícios para mulheres do que para homens, devido ao impacto de benefícios como salário-maternidade e pensão por morte. Acumulando-se todas as concessões de 2014, foram concedidos 2,9 milhões de benefícios a mulheres e, 2,3 milhões, para homens.

Gráfico 6

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos por sexo – 2000 a 2014 – Em milhares

Fontes: DATAPREV, SUB, SINTESE. Elaboração: SPPS/MPS.



Observa-se, como nota metodológica, que a evolução da quantidade anual de concessões para mulheres foi afetada pelo mecanismo diferenciado de concessão de salários-maternidade (para as seguradas empregadas, o benefício é concedido diretamente pelo empregador, que subtrai seu valor dos valores devidos mensalmente à Previdência Social). Ressalte-se que, ao longo dos anos considerados, a regra foi alterada mais de uma vez, e os benefícios concedidos diretamente pelo empregador não estão contabilizados no Gráfico seis. Se estivessem, a diferença na concessão para homens e mulheres seria ainda maior.

O Gráfico sete mostra a quantidade de benefícios emitidos para homens e mulheres entre os anos de 2000 e 2014. Assim como o gráfico das concessões, observa-se que há significativa diferença entre o volume de benefícios emitidos para homens e para mulheres; em dezembro de 2014, foram emitidos 18,0 milhões de benefícios para mulheres e apenas 13,6 milhões para homens.

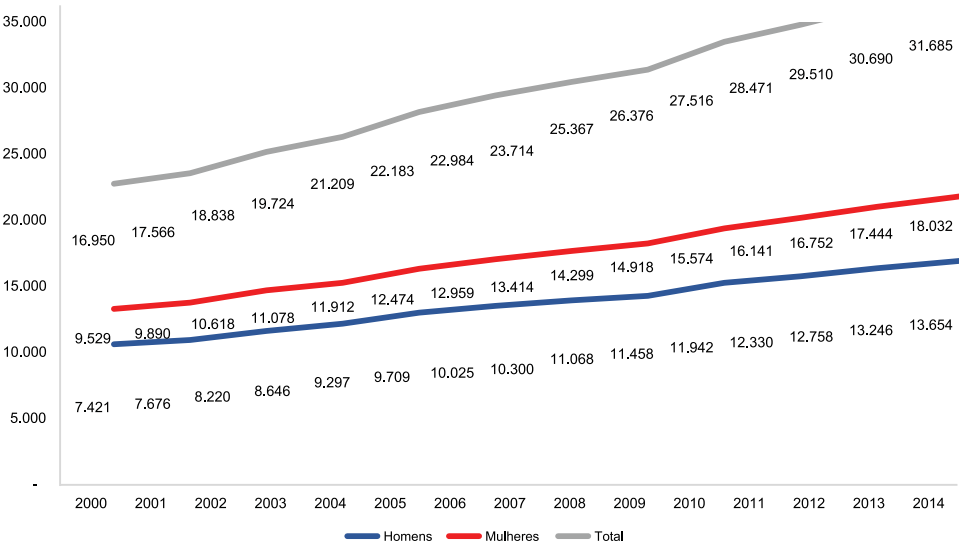


Gráfico 7

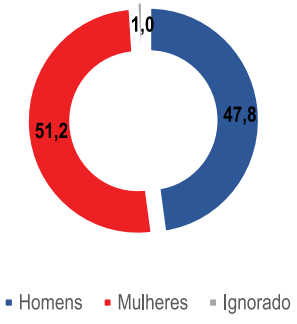
Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos por sexo – 2000 a 2014 – posição em dezembro de cada ano – Em milhares

Fontes: DATAPREV, SUB, SINTESE.
Elaboração: SPPS/MPS.

Os Gráficos 8A e 8B mostram a distribuição das quantidades de benefícios emitidos para homens e mulheres, bem como a distribuição de seus valores monetários. Assim como no mercado de trabalho vê-se que as mulheres recebem uma parcela menor do total de remunerações em relação à proporção de mulheres trabalhando, o valor somado dos benefícios emitidos em dezembro de 2014 representa 51,2% do valor total das emissões, frente a uma representação de 56,1% de mulheres dentre os beneficiários – ou seja, o valor médio de benefício das mulheres é menor que o valor médio para os homens.

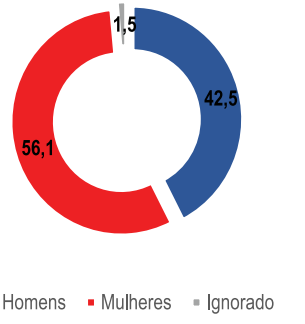
29,83 bilhões de reais

Gráfico 8A



32,15 milhões de benefícios

Gráfico 8B



Gráficos 8A e 8B

Proporção do Valor e da Quantidade dos Benefícios Emitidos por sexo (posição em dezembro) – 2014

Fontes: DATAPREV, SUB, SINTESE.
Elaboração: SPPS/MPS.

Considerações finais

Em geral, grandes tendências na esfera da Previdência Social são reflexo do comportamento do mercado de trabalho. Assim, um dos desafios constantes é proteger homens e mulheres, independentemente das distorções que venham decorrentes da vida laboral de ambos os grupos.

As modificações legais e os programas desenhados no âmbito do Ministério da Previdência procuram sempre levar em consideração as particularidades dos diversos grupos de trabalhadores, e tem como meta realizar esforços ainda maiores para aumentar a proteção social específica das mulheres.

Alguns desafios estão colocados no texto acima, mas outros podem ser adicionados ou ainda estão por serem identificados, e faz-se necessário continuar construindo políticas públicas conjuntas para o enfrentamento das desigualdades pertinentes às relações de gênero.

Receitas e Despesas

Saldo Previdenciário e Arrecadação

NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (INPC DE JAN/2015)	
No mês (janeiro/2015)	R$ 5,65 bilhões
Últimos 12 meses	R$ 59,68 bilhões

Toda a análise feita nesta seção está baseada em valores deflacionados pelo INPC. Valores nominais terão referência expressa ao longo do texto.

Resultado das Áreas Urbana e Rural

Em janeiro de 2015, a arrecadação líquida urbana, incluída a arrecadação Comprev, foi de R$ 25,4 bilhões, redução de 1,4% (-R$ 369,7 milhões) em relação a janeiro de 2014. A arrecadação líquida rural foi de R$ 492,1 milhões, aumento de 1,7% (+R$ 8,2 milhões) em relação ao mesmo mês de 2014.

A despesa com o pagamento de benefícios urbanos, incluídas as sentenças judiciais urbanas e Comprev, somou R$ 24,4 bilhões, crescimento de 1,1% (+R$ 253,2 milhões) em relação a janeiro de 2014, o que resultou no superávit de R$ 1,1 bilhão. A despesa com pagamento de benefícios rural, incluindo a despesa com passivo judicial, foi de R$ 7,2 bilhões, aumento de 1,6% (+R$ 114,2 milhões), entre janeiro de 2015 e o mês correspondente de 2014, o que resultou em uma necessidade de financiamento rural de R$ 6,7 bilhões. A necessidade de financiamento extremamente alta no meio rural é consequência da importante política de inclusão previdenciária destinada aos trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar.

Tabela 1

Arrecadação Liquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2014 e 2015) – Resultado de Janeiro – em R$ milhões de Jan/2015 – INPC

	JAN-14 (A)	DEZ-14 (B)	JAN-15 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2)	**26.277,7**	**44.364,3**	**25.916,2**	**(41,6)**	**(1,4)**
1.1 Arrecadação Líquida Urbana Total	25.793,9	43.694,9	25.424,1	(41,8)	(1,4)
1.1.1 Arrecadação Líquida Urbana	24.756,3	41.892,1	23.748,2	(43,3)	(4,1)
1.1.2 Compensação Desoneração da Folha de Pagamento	1.037,4	1.802,8	1.675,0	(7,1)	61,5
1.1.3 Comprev	0,2	0,1	0,9	755,0	280,4
1.2 Arrecadação Líquida Rural	483,8	669,3	492,1	(26,5)	1,7
2. Despesa com Benefícios (2.1 + 2.2 + 2.3)	**31.200,4**	**42.569,0**	**31.567,8**	**(25,8)**	**1,2**
2.1 Benefícios Previdenciários	29.681,7	41.698,8	30.689,9	(26,4)	3,4
2.1.1 Urbano	22.905,1	33.723,0	23.655,2	(29,9)	3,3
2.1.2 Rural	6.776,6	7.975,8	7.034,7	(11,8)	3,8
2.2 Passivo Judicial	1.372,2	638,4	739,4	15,8	(46,1)
2.2.1 Urbano	1.058,9	516,3	569,9	10,4	(46,2)
2.2.2 Rural	313,3	122,1	169,5	38,8	(45,9)
2.3 Comprev	146,5	231,7	138,5	(40,2)	(5,5)
3. Resultado Previdenciário (1 - 2)	**(4.922,7)**	**1.795,3**	**(5.651,6)**	**(414,8)**	**14,8**
3.1 Urbano (1.1 - 2.1.1 - 2.2.1 - 2.3)	1.683,4	9.223,9	1.060,5	(88,5)	(37,0)
3.2 Rural (1.2 - 2.1.2 - 2.2.2)	(6.606,1)	(7.428,6)	(6.712,1)	(9,6)	1,6

Fonte: Fluxo de Caixa/INSS; Informar/INSS. Elaboração: SPPS/MPS.

RESULTADO EM CONJUNTO DAS ÁREAS URBANA E RURAL

A arrecadação líquida da Previdência Social em janeiro de 2015 foi de R$ 25,9 bilhões, queda de 1,4% (-R$ 361,5 bilhões) em relação a janeiro de 2014. As despesas com benefícios previdenciários alcançaram o montante de R$ 31,6 bilhões, superior 1,2% (+R$ 367,4 milhões) em relação a janeiro de 2014, o que resultou na necessidade de financiamento de R$ 5,6 bilhões, 14,8% (+R$ 728,9 milhões) maior que a necessidade de financiamento registrada em janeiro de 2014.

	JAN-14 (A)	DEZ-14 (B)	JAN-15 (C)	VAR. % (C/B)	VAR. % (C/A)
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5)	**26.277,7**	**44.364,3**	**25.916,2**	**(41,6)**	**(1,4)**
1.1. Receitas Correntes	29.165,1	44.636,4	28.408,4	(36,4)	(2,6)
Pessoa Física (1)	1.007,6	1.263,4	1.009,1	(20,1)	0,1
SIMPLES - Recolhimento em GPS (2)	1.280,9	2.106,8	1.291,2	(38,7)	0,8
SIMPLES - Repasse STN (3)	2.955,8	2.864,4	3.132,5	9,4	6,0
Empresas em Geral	16.782,9	28.867,6	15.837,7	(45,1)	(5,6)
Setores Desonerados - DARF	1.364,3	1.771,0	1.813,6	2,4	32,9
Entidades Filantrópicas (4)	211,6	415,2	236,8	(43,0)	11,9
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS (5)	1.890,8	3.701,4	1.736,3	(53,1)	(8,2)
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE (6)	629,0	649,1	700,9	8,0	11,4
Clubes de Futebol	7,8	7,1	8,1	14,0	4,3
Comercialização da Produção Rural (7)	282,7	294,6	285,4	(3,1)	1,0
Retenção (11%)	2.471,6	2.146,8	2.012,3	(6,3)	(18,6)
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (8)	0,0	0,0	0,0	-	-
Reclamatória Trabalhista	230,6	320,1	182,2	(43,1)	(21,0)
Outras Receitas	49,5	229,1	162,2	(29,2)	227,6
1.2. Recuperação de Créditos	1.099,4	1.430,7	844,2	(41,0)	(23,2)
Arrecadação / Comprev / Dec. Nº 6.900/09	0,2	0,1	0,9	755,0	280,4
Arrecadação / Lei Nº 11.941/09	309,3	782,2	253,7	(67,6)	(18,0)
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (9)	7,7	16,5	10,1	(38,7)	30,5
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS (10)	4,5	32,9	0,3	(99,1)	(93,7)
Depósitos Judiciais - Repasse STN (11)	121,1	97,7	88,2	(9,7)	(27,1)
Débitos (12)	56,3	48,2	30,3	(37,3)	(46,3)
Parcelamentos Convencionais (13)	600,2	453,1	460,7	1,7	(23,2)
1.3. Restituições de Contribuições (14)	(11,5)	(488,0)	(4,3)	(99,1)	(62,5)
1.4. Transferências a Terceiros	(5.012,7)	(3.017,5)	(5.007,0)	65,9	(0,1)

Tabela 2

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário Jan/2014, Dez/2014 e Jan/2015 - Valores em R$ milhões de Jan/2015 – INPC

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS.

Obs. Para algumas rubricas de arrecadação: calculados percentuais de participação de cada rubrica na arrecadação, apurada por meio do sistema INFORMAR, e aplicados posteriormente à arrecadação bancária do fluxo de caixa do INSS

(1) Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.

(2) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.

(3) Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.

(4) Recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.

(5) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.

(6) Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios.

(7) Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.

(8) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS por meio do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(9) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.

(10) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência.

(11) Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(12) Débitos quitados por meio de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(13) Pagamento de parcelamentos não incluídos em programa específico de recuperação de crédito.

(14) Inclui Ressarcimentos de Arrecadação.

(15) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

Tabela 2 (continuação)

Arrecadação Liquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário Jan/2014, Dez/2014 e Jan/2015 - Valores em R$ milhões de Jan/2015 – INPC

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) Elaboração: SPPS/MPS.

	JAN-14 (A)	DEZ-14 (B)	JAN-15 (C)	VAR. % (C/B)	VAR. % (C/A)
1.5. Compensação da Desoneração - STN	1.037,4	1.802,8	1.675,0	(7,1)	61,5
2. Despesas com Benefícios Previdenciários	**31.200,4**	**42.569,0**	**31.567,8**	**(25,8)**	**1,2**
Pagos pelo INSS	29.828,2	41.930,5	30.828,4	(26,5)	3,4
Sentenças Judiciais - TRF (15)	1.372,2	638,4	739,4	15,8	(46,1)
3. Resultado Previdenciário (1 – 2)	**(4.922,7)**	**1.795,3**	**(5.651,6)**	**(414,8)**	**14,8**

Entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da despesa com benefícios previdenciários em 2015, pode-se citar: (i) o reajuste acima da inflação concedido ao salário mínimo (em janeiro de 2015), fazendo com que o piso previdenciário – que em janeiro determinou o valor recebido por 67,3% dos beneficiários da Previdência Social – tenha tido um ganho significativo no seu valor real; (ii) o crescimento vegetativo, natural, do estoque de benefícios; e (iii) reajuste dos benefícios com valor superior a um salário mínimo, concedido em janeiro de 2015, com base no INPC do período de janeiro de 2014 a dezembro de 2014.

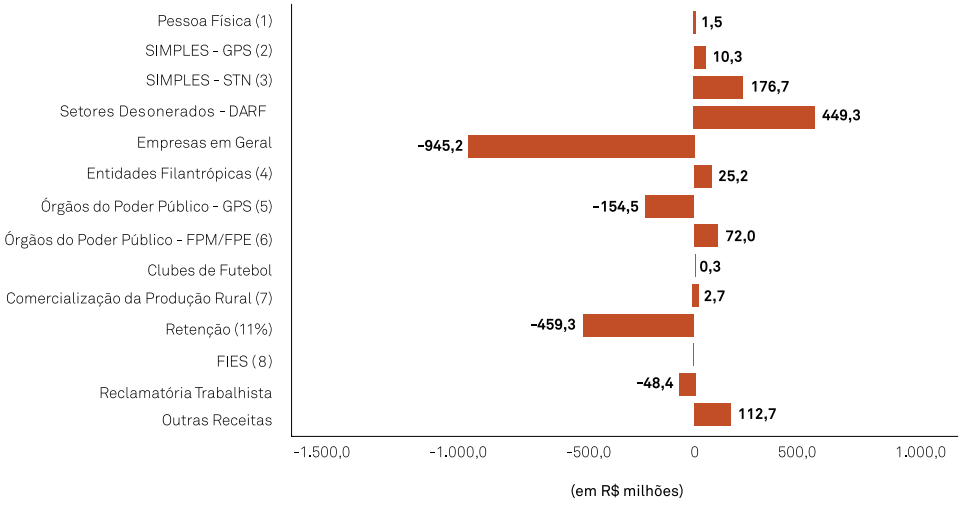
Receitas Correntes e Mercado de Trabalho

A arrecadação por meio das rubricas de receitas correntes foi de R$ 28,4 bilhões, em janeiro de 2015, queda de 2,6% (-R$ 756,8 milhões) em relação a janeiro do ano anterior. Com relação ao desempenho positivo, destacam-se as rubricas: as provenientes dos Setores Desonerados, crescimento de 32,9% (+R$ 449,3 milhões) e as optantes pelo SIMPLES, inclusive a contribuição dos empregados, aumento de 4,4% (+R$ 187,0 milhões). Já a rubrica de Empresas em Geral oscilou negativamente em 5,6% (-R$ 945,2 milhões), conforme mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1

Variação das Receitas Correntes (janeiro) de 2015 em relação a janeiro de 2014 - Em R$ milhões de Jan/2015 (INPC)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar).
Elaboração: SPPS/MPS.



As receitas correntes guardam uma vinculação muito estreita com o mercado de trabalho, fato que pode ser comprovado quando da análise dos principais indicadores do mercado de trabalho.

Mercado de Trabalho (*Dezembro/2014*)

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED/MTE, em 2014, foram gerados 396.993 empregos formais, representando um crescimento de 0,98% em relação ao estoque de empregos de dezembro de 2013. Esse comportamento demonstra a continuidade na redução do ritmo de crescimento de postos de trabalho formal, iniciada em anos anteriores. De fato, a partir de 2010, o nível de emprego formal vem apresentando um arrefecimento no ritmo de expansão de postos de trabalho. Em termos setoriais, quatro dos oito setores elevaram o nível de emprego, com destaque para os Serviços (+476.108 postos ou 2,83%), o Comércio (+180.814 postos ou 1,96%) e a Administração Pública (+8.257 postos ou 0,91%). Os setores que apresentaram saldos negativos foram: Indústria de Transformação (-163.817 ou -1,95%), Construção Civil (-106.476 ou -3,41%), Extrativa Mineral (-2.348 ou -1,02%) e Agropecuária (-370 ou -0,02%). O nível de emprego se expandiu nas Áreas Metropolitanas, conjuntamente, em 108.748 postos de trabalho e, em termos relativos, em +0,65%. Das nove Áreas, apenas duas apresentaram redução em postos de trabalho formal. As Áreas Metropolitanas que mais se destacaram, em termos absolutos: São Paulo: +53.225 postos ou +0,78%; Rio de Janeiro: +38.155 postos ou +1,30%; Fortaleza: +30.470 postos ou +3,42%, a maior taxa de crescimento dentre as nove regiões; Porto Alegre:+6.536 postos ou + 0,55%. Nos Interiores desses aglomerados urbanos verificou-se a geração de 140.339 postos de trabalho, resultado superior ao registrado para o total das Áreas Metropolitanas. Com relação ao mês de dezembro de 2014, tradicionalmente, em razão da forte presença de fatores sazonais negativos (entressafra agrícola, término do ciclo escolar, fim das festas do final do ano, fatores climáticos) que perpassa quase todos os setores e subsetores, o nível de emprego, de acordo com o CAGED, apresenta queda. Em 2014, a redução foi da ordem de 555.508 postos de trabalho ou -1,34%, declínio menor que o ocorrido em dezembro de 2008 (- 654.946 postos de trabalho ou -1,87%). A queda de dezembro originou-se de 1.176.896 admissões, e de 1.732.404, desligamento. Todos os setores de atividade econômica apresentaram declínio no nível de emprego. As maiores quedas do emprego ocorreram nos setores: Indústria de Transformação: -171.763 postos ou -2,05%; Serviços: -148.737 postos ou -0,86%, Construção Civil: -132.015 postos ou -4,24%; Agricultura: -64.087 postos ou -3,99% e Administração Pública: -20.421 postos, ou -2,18%.

Este resultado ficou 1,8% abaixo do registrado em novembro (2.161,93) e 1,6% acima do assinalado em dezembro do ano passado (R$ 2.089,57). A massa de rendimento médio real habitual dos ocupados foi estimada em 50,0 bilhões em dezembro de 2014, registrou queda de 2,4% em relação a novembro último. Na comparação anual esta estimativa cresceu 1,4%.

A Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário - PIMES/IBGE, em dezembro de 2014, o total do pessoal ocupado assalariado na indústria mostrou variação positiva de 0,4% frente ao patamar do mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais, interrompendo oito meses de taxas negativas consecutivas, período em que acumulou perda de 4,3%. Com esses resultados, o índice de média móvel trimestral apontou variação negativa de 0,2% no trimestre encerrado em dezembro de 2014 frente ao patamar assinalado no mês anterior e manteve a trajetória descendente iniciada em abril do ano passado. Ainda na série com ajuste sazonal, na comparação trimestre contra trimestre imediatamente anterior, o emprego na indústria apontou retração de 1,2% no período outubro-dezembro de 2014, oitava taxa negativa consecutiva neste tipo de confronto, acumulando nesse período redução de 6,0%. Na comparação com igual mês do ano anterior, o emprego industrial mostrou queda de 4,0% em dezembro de 2014, trigésimo nono resultado negativo consecutivo nesse tipo de confronto. Com isso, o total do pessoal ocupado assalariado recuou tanto no fechamento do quarto trimestre de 2014 (-4,4%), como no índice acumulado no ano de 2014 (-3,2%), ambas as comparações contra iguais períodos do ano anterior. A taxa anualizada, índice acumulado nos últimos 12 meses, ao recuar 3,2% em dezembro de 2014, manteve a trajetória descendente iniciada em setembro de 2013 (-1,0%). Setorialmente, ainda no índice mensal de dezembro de 2014, o total do pessoal ocupado assalariado recuou em 17 dos 18 ramos pesquisados, com destaque para as pressões negativas vindas de meios de transporte (-7,4%), produtos de metal (-9,0%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-8,4%), máquinas e equipamentos (-5,5%), calçados e couro (-7,5%), outros produtos da indústria de transformação (-6,8%), alimentos e bebidas (-1,3%), vestuário (-3,1%), metalurgia básica (-5,7%) e produtos têxteis (-3,5%). Por outro

lado, o único impacto positivo sobre a média da indústria foi observado no setor de produtos químicos (0,7%). Em dezembro de 2014, o valor da folha de pagamento real dos trabalhadores da indústria ajustado sazonalmente avançou 1,9% frente ao mês imediatamente anterior, eliminando parte do recuo de 2,4% registrado em novembro último. Vale destacar que nesse mês verifica-se a influência positiva tanto da indústria de transformação (1,6%), como do setor extrativo (3,7%). O índice de média móvel trimestral para o total da indústria apontou variação positiva de 0,1% no trimestre encerrado em dezembro de 2014 frente ao patamar do mês anterior, após registrar queda de 0,9% em novembro último. Ainda na série com ajuste sazonal, na comparação trimestre contra trimestre imediatamente anterior, o valor da folha de pagamento real da indústria apontou recuo de 0,7% no período outubro/dezembro de 2014, terceiro trimestre consecutivo de queda, acumulando nesse período perda de 4,8%.

Quase todos os Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontam retração em dezembro de 2014. A exceção foi o emprego (indicador dessazonalizado) que registrou alta de 0,4% na passagem de novembro para dezembro. Mesmo com o movimento positivo no mês, o indicador atual situa-se em nível 2,5% inferior ao levantado em dezembro de 2013. Na comparação da média de 2014 com a de 2013, nota-se contração de 0,7% no emprego industrial, resultado da expressiva queda da atividade sofrida pelo segmento este ano. A massa salarial real reduziu-se em 1,8% entre dezembro e novembro — na série livre influências sazonais. Na comparação com dezembro do ano anterior também nota-se queda, de 3,9%. No balanço do ano, entretanto, a variação é positiva, da ordem de 1,5% — média de janeiro a dezembro de 2014 comparada com a média do mesmo período de 2013. O indicador de rendimento médio real, dessazonalizado, caiu 0,5% em dezembro frente a novembro. Ainda assim, sua variação foi positiva no ano. O rendimento médio dos trabalhadores industriais subiu 2,3%, em termos reais, na comparação de 2014 com 2013. O resultado anual mostra certa inércia nos reajustes dos salários da indústria, que cresceram com intensidade desproporcional ao ritmo de atividade apresentado pelo segmento no ano.

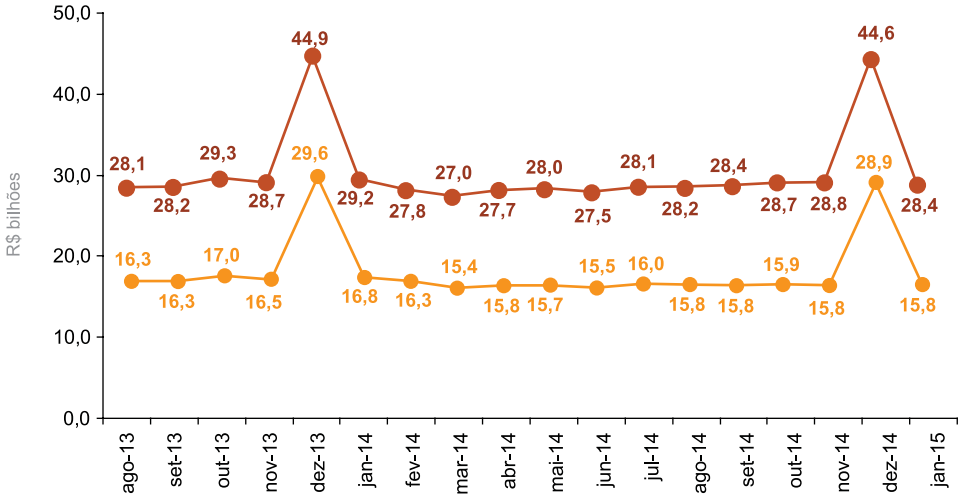
Gráfico 2

Arrecadação de Receitas Correntes e Empresas em Geral nos últimos 18 meses Em R$ bilhões de janeiro/2015 – INPC

Legendas

- *Empresas em Geral*
- *Receitas Correntes*

Fonte: Fluxo de Caixa do INSS; Informar/DATAPREV.
• Elaboração: SPPS/MPS



Receitas Oriundas de Medidas de Recuperação de Créditos

As receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos foram de R$ 844,2 milhões, queda de 23,2% (-R$ 255,2 milhões), entre janeiro de 2015 e o mesmo mês de 2014. As rubricas que apresentaram desempenho positivo, entre janeiro de 2015 e o mesmo mês de 2014, foram: Arrecadação / Comprev / Dec. Nº 6.900/09, elevação de 280,4% (+R$ 0,7 milhões) e o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), crescimento de 30,5% (+R$ 2,4 milhões). Já os Parcelamentos Convencionais, tiveram queda de 23,2% (-R$ 139,5 milhões) e representaram 54,6% do total dessas receitas.

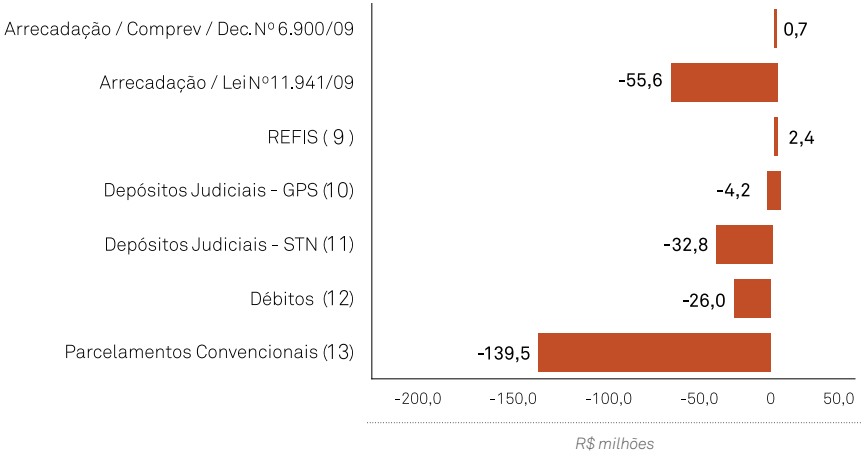


Gráfico 3

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos – janeiro de 2015 em relação a janeiro de 2014 – Em R$ milhões de janeiro/2015 – INPC

Fonte: Fluxo de Caixa do INSS; Informar/DATAPREV.
Elaboração: SPPS/MPS

Benefícios Emitidos e Concedidos

Em janeiro de 2015, foram emitidos 32,2 milhões de benefícios, crescimento de 3,2% (+994,8 mil benefícios), entre janeiro de 2015 e o mês correspondente de 2014. Nessa mesma comparação, os Benefícios Previdenciários aumentaram 3,3% (+849,25 mil benefícios), os Benefícios Acidentários, em 0,8% (+7,0 mil benefícios) e os Benefícios Assistências apresentaram elevação de 3,3% (+139,5 mil benefícios), conforme se pode ver na Tabela 3.

Tabela 3

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (Jan/2014, Dez/2014 e Jan/2015)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPPS/MPS

	JAN-14 (A)	DEZ-14 (B)	JAN-15 (C)	VAR. % (C/B)	VAR. % (C/A)
TOTAL	31.173.573	32.152.518	32.168.350	0,0	3,2
PREVIDENCIÁRIOS	26.120.009	26.957.844	26.969.255	0,0	3,3
Aposentadorias	17.379.187	17.940.405	17.975.370	0,2	3,4
Idade	9.181.675	9.508.695	9.528.258	0,2	3,8
Invalidez	3.124.767	3.176.799	3.178.845	0,1	1,7
Tempo de contribuição	5.072.745	5.254.911	5.268.267	0,3	3,9
Pensão por morte	7.164.676	7.316.534	7.323.479	0,1	2,2
Auxílio-doença	1.406.361	1.515.525	1.491.969	(1,6)	6,1
Salário-maternidade	79.308	85.903	78.204	(9,0)	(1,4)
Outros	90.477	99.477	100.233	0,8	10,8
ACIDENTÁRIOS	851.000	861.129	858.017	(0,4)	0,8
Aposentadorias	189.617	196.175	196.570	0,2	3,7
Pensão por morte	120.416	118.543	118.339	(0,2)	(1,7)
Auxílio-doença	174.456	175.135	171.570	(2,0)	(1,7)
Auxílio-acidente	304.853	312.796	313.330	0,2	2,8
Auxílio-suplementar	61.658	58.480	58.208	(0,5)	(5,6)
ASSISTENCIAIS	4.178.519	4.310.448	4.318.067	0,2	3,3
Amparos Assistenciais - LOAS	3.978.478	4.130.432	4.139.834	0,2	4,1
Idoso	1.827.650	1.876.610	1.879.706	0,2	2,8
Portador de deficiência	2.150.828	2.253.822	2.260.128	0,3	5,1
Pensões mensais vitalícias	-	-	-	-	-
Rendas mensais vitalícias	200.041	180.016	178.233	(1,0)	(10,9)
Idade	40.597	34.101	33.559	(1,6)	(17,3)
Invalidez	159.444	145.915	144.674	(0,9)	(9,3)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	24.045	23.097	23.011	(0,4)	(4,3)

Com relação ao universo dos Benefícios Previdenciários emitidos, ressalta-se o auxílio-doença (previdenciário + acidentário), que aumentou 5,2% (+82,7 mil benefícios) entre janeiro de 2015 e o mês correspondente de 2014 e as aposentadorias que cresceram 3,4% (596,2 mil aposentadorias).

Da quantidade de 32,2 milhões de benefícios emitidos verificadas no mês de janeiro de 2015, 58,1% (18,7 milhões) foram destinados a beneficiários da área urbana, 28,5% (9,2 milhões) a beneficiários da área rural e 13,4% (4,3 milhões) aos assistenciais (Gráfico 4). De 2007 a 2015, a quantidade de benefícios emitidos em janeiro apresentou incremento de 30,6% no meio urbano, de 25,6% no meio rural e de 46,5% nos assistenciais.

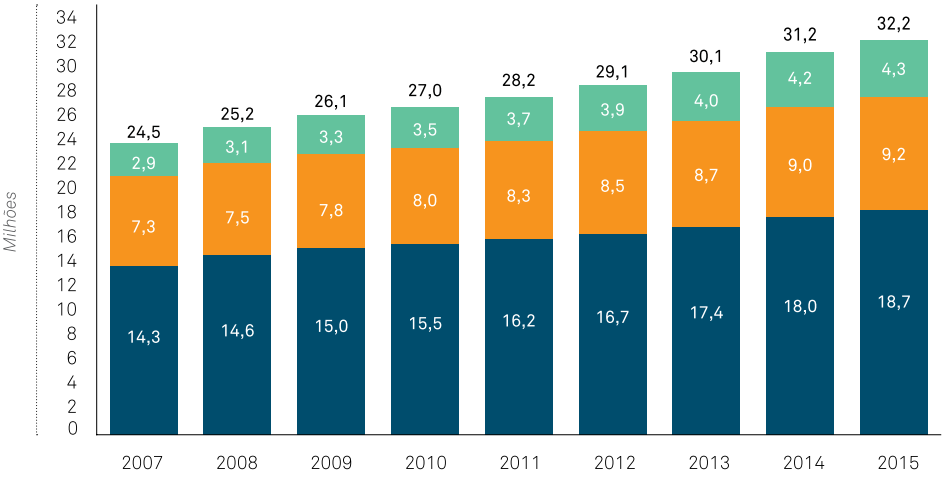


Gráfico 4

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela (2007 a 2015) - Em milhões de benefícios – Posição em janeiro de cada ano.

Legenda

Urbano

Rural

Assistencial

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPPS/MPS

O valor médio dos benefícios emitidos foi de R$ 1.035,52, em janeiro de 2015, acréscimo de 0,9% em relação ao mesmo mês de 2014. Entre janeiro de 2015 e o mês correspondente de 2008, o valor médio real dos benefícios emitidos cresceu 23,1% (Gráfico 5).

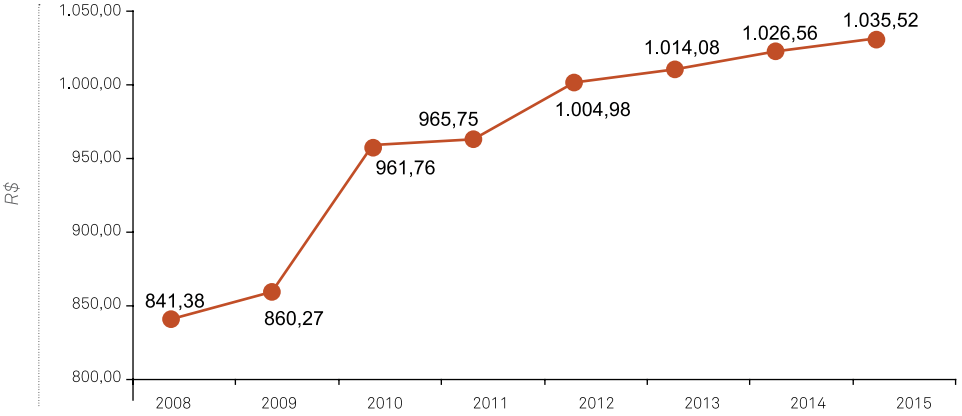


Gráfico 5

Valor Médio dos Benefícios Previdenciários e Acidentários Emitidos (janeiro) - em R$ de janeiro/2015 (INPC)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPPS/MPS

Em janeiro de 2015, a quantidade de benefícios concedidos foi de 373,5 mil benefícios, aumento de 1,1% (+4,1 mil benefícios) em relação a dezembro de 2014 e queda de 1,0% (-3,7 mil benefícios) na comparação com janeiro de 2014. Os Benefícios Assistenciais e Acidentários apresentaram redução de 1,4% (-343 benefícios) e 14,2% (-3,4 mil benefícios), respectivamente, entre janeiro de 2015 e o mês correspondente de 2014. Já os Benefícios Previdenciários permaneceram praticamente inalterados, conforme se pode ver na Tabela 4.

Tabela 4

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (Jan/2014, Dez/2014 e Jan/2015)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPPS/MPS

	JAN-14 (A)	DEZ-14 (B)	JAN-15 (C)	VAR. % (C/B)	VAR. % (C/A)
TOTAL	377.155	369.401	373.498	1,1	(1,0)
PREVIDENCIÁRIOS	328.671	324.106	328.813	1,5	0,0
Aposentadorias	82.975	84.963	83.978	(1,2)	1,2
Idade	47.151	46.516	47.200	1,5	0,1
Invalidez	13.815	14.459	13.552	(6,3)	(1,9)
Tempo de contribuição	22.009	23.988	23.226	(3,2)	5,5
Pensão por morte	32.924	29.629	31.364	5,9	(4,7)
Auxílio-doença	164.800	163.402	164.602	0,7	(0,1)
Salário-maternidade	45.595	43.591	46.502	6,7	2,0
Outros	2.377	2.521	2.367	(6,1)	(0,4)
ACIDENTÁRIOS	24.309	20.538	20.857	1,6	(14,2)
Aposentadorias	813	784	733	(6,5)	(9,8)
Pensão por morte	26	25	28	12,0	7,7
Auxílio-doença	21.761	18.168	18.793	3,4	(13,6)
Auxílio-acidente	1.700	1.552	1.295	(16,6)	(23,8)
Auxílio-suplementar	9	9	8	(11,1)	(11,1)
ASSISTENCIAIS	24.124	24.708	23.781	(3,8)	(1,4)
Amparos Assistenciais - LOAS	24.124	24.708	23.781	(3,8)	(1,4)
Idoso	12.175	11.721	11.731	0,1	(3,6)
Portador de deficiência	11.949	12.987	12.050	(7,2)	0,8
Pensões mensais vitalícias	-	-	-	-	-
Rendas mensais vitalícias	-	-	-	-	-
Idade	-	-	-	-	-
Invalidez	-	-	-	-	-
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	51	49	47	(4,1)	(7,8)

Cabe observar que a concessão mensal de benefícios está sujeita a uma série de particularidades como número de dias úteis, disponibilidade de perícia médica, etc., o que pode prejudicar a comparação e análise mensal dos dados. Já anualmente é possível estabelecer uma base de comparação mais estável.

Anexos

Tabela 3

Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios

(R$ milhões de jan/2015 - INPC)

PERÍODO	ARRECADAÇÃO BRUTA (1)	TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	RELAÇÃO %	SALDO
	(A)	(B)	C = (A - B)	(2) (3) (4) (5) (D)	E=(D/C)	F= (C - D)
VALORES REFERENTES AO ACUMULADO ATÉ O MÊS DE JANEIRO, A PREÇOS DE JAN/2015 INPC						
2005	14.531	781	13.750	17.937	130,5	(4.187)
2006	15.376	2.006	13.369	21.264	159,0	(7.894)
2007	17.255	2.249	15.006	20.858	139,0	(5.852)
2008	20.005	3.164	16.841	24.488	145,4	(7.647)
2009	20.336	3.348	16.989	25.937	152,7	(8.949)
2010	22.669	3.625	19.044	24.061	126,3	(5.017)
2011	25.815	4.078	21.738	25.576	117,7	(3.838)
2012	27.974	4.410	23.564	27.177	115,3	(3.614)
2013	28.774	4.631	24.143	31.107	128,8	(6.964)
2014	31.290	5.013	26.278	31.200	118,7	(4.923)
2015	30.923	5.007	25.916	31.568	121,8	(5.652)
jan/13	28.774	4.631	24.143	31.107	128,8	(6.964)
fev/13	27.394	2.810	24.584	28.467	115,8	(3.883)
mar/13	27.965	2.701	25.264	30.873	122,2	(5.609)
abr/13	30.713	2.704	28.009	34.861	124,5	(6.852)
mai/13	29.665	2.734	26.931	30.247	112,3	(3.316)
jun/13	29.350	2.823	26.527	30.030	113,2	(3.503)
jul/13	30.007	2.797	27.210	30.615	112,5	(3.405)
ago/13	30.264	2.864	27.401	33.714	123,0	(6.314)
set/13	30.332	2.847	27.485	40.404	147,0	(12.920)
out/13	30.658	2.883	27.775	30.736	110,7	(2.961)
nov/13	30.764	2.888	27.876	33.287	119,4	(5.411)
dez/13	47.832	2.832	45.000	39.121	86,9	5.879
jan/14	31.290	5.013	26.278	31.200	118,7	(4.923)

Fonte: CGF/INSS;

Elaboração: SPPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Inclui Arrecadação do Simples. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação

(2) Para o ano de 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R$ 2,288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

continua

Tabela 3 (continuação)

Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios

(R$ milhões de jan/2015 - INPC)

PERÍODO	ARRECADAÇÃO BRUTA (1)	TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	RELAÇÃO %	SALDO
	(A)	(B)	C = (A - B)	(2) (3) (4) (5) (D)	E=(D/C)	F= (C - D)
fev/14	29.867	2.917	26.950	29.696	110,2	(2.747)
mar/14	29.379	2.954	26.426	31.208	118,1	(4.782)
abr/14	30.969	2.894	28.075	31.293	111,5	(3.217)
mai/14	30.559	2.855	27.704	31.745	114,6	(4.040)
jun/14	30.577	2.659	27.917	32.600	116,8	(4.683)
jul/14	30.742	2.924	27.818	33.000	118,6	(5.182)
ago/14	31.765	2.901	28.864	34.933	121,0	(6.069)
set/14	31.332	2.969	28.363	42.420	149,6	(14.057)
out/14	31.246	2.926	28.320	31.289	110,5	(2.969)
nov/14	32.339	2.912	29.427	37.505	127,5	(8.078)
dez/14	47.382	3.018	44.364	42.569	96,0	1.795
jan/15	30.923	5.007	25.916	31.568	121,8	(5.652)

conclusão ■

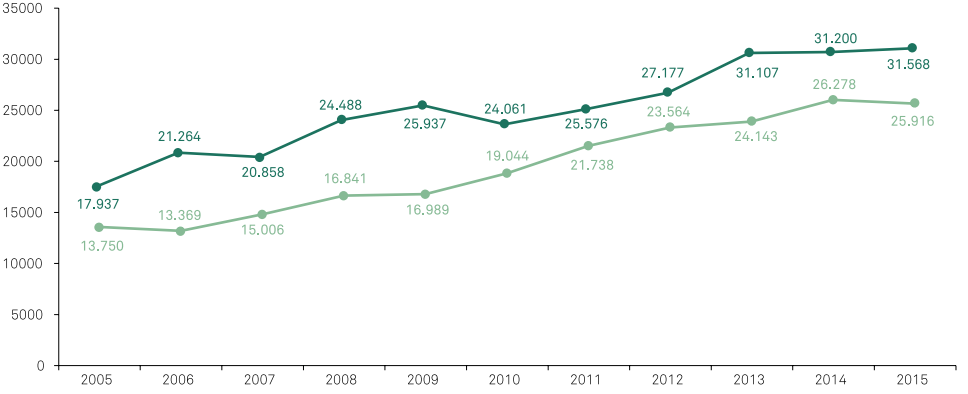


Gráfico 1

Arrecadação Líquida X Despesa com Benefícios

(acumulado até o mês de janeiro de cada ano, em R$ milhões de jan/2015 - INPC)

Legenda

- Arrecadação Liquída
- Benefícios Previdenciários

Assessoria de Comunicação Social / MPS

Secretaria de Políticas
de Previdência Social

PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL